

Mecanismo Independente de Avaliação

Revisão do Plano de Ação:
Cabo Verde 2023–2025

Open
Government
Partnership



Independent
Reporting
Mechanism

Introdução

Em janeiro de 2021, o Mecanismo Independente de Avaliação (IRM) lançou os novos produtos que resultaram do processo de Atualização do IRM (Refresh).¹ A nova abordagem utiliza as lições aprendidas com mais de 350 avaliações robustas, independentes e baseadas em evidências levadas a cabo pelo IRM, assim como os contributos da comunidade OGP. O IRM pretende apresentar produtos simples, oportunos, adequados à finalidade e orientados para a obtenção de resultados, que contribuam para a aprendizagem e a prestação de contas em momentos chave do ciclo do plano de ação da OGP.

Os produtos do IRM são:

- **Briefing de cocriação:** o briefing de cocriação inclui as lições obtidas dos planos de ação anteriores, tem uma finalidade de aprendizagem e informa o planeamento e a conceção da cocriação.
- **Revisão do Plano de Ação:** uma rápida revisão técnica independente das características do plano de ação e dos pontos fortes e desafios que o IRM identifica para informar um processo de implementação mais robusto.
- **Relatório de resultados:** uma avaliação global da implementação centrada nos resultados a nível de políticas e em como as mudanças acontecem. Verifica também a conformidade com as regras da OGP e informa a prestação de contas e a aprendizagem a mais longo prazo. Este produto foi lançado numa fase de transição em 2022, começando com os planos de ação cuja implementação terminava a 31 de agosto de 2022. Os relatórios de resultados são apresentados até quatro meses após o fim do ciclo de implementação.

O presente produto consiste numa revisão do IRM do plano de ação de Cabo Verde para 2023–2025. O plano de ação compreende 8 compromissos, que o IRM filtrou e agrupou em 2 agregados e 4 compromissos individuais. Esta revisão centra a sua análise na robustez do plano de ação para contribuir para a implementação e os resultados. Para dados relativos a cada um dos compromissos específicos, consultar o Anexo 1. Para informações sobre a metodologia e os indicadores usados pelo IRM para esta revisão do plano de ação, consultar a Secção III.

¹ “IRM Refresh” [Atualização do IRM] Open Government Partnership,
<https://www.opengovpartnership.org/process/accountability/about-the-irm/irm-refresh/>.

Índice

Secção I: Visão geral do Plano de Ação 2023–2025	2
Secção II: Compromissos promissores no Plano de Ação de Cabo Verde 2023–2025	5
Secção III. Metodologia e indicadores do IRM	16
Anexo 1. Dados para cada um dos compromissos	19
Anexo 2: Cocriação do Plano de Ação	21

Secção I: Visão geral do Plano de Ação 2023–2025

O processo OGP de Cabo Verde continua a ganhar força com o estabelecimento de um fórum multissetorial. O segundo plano de ação contém mais compromissos e tem um prisma de governo aberto mais forte que o primeiro. Continua, ainda assim, a haver espaço para aprofundar a participação da sociedade civil na conceção e implementação do plano de ação. Os reformadores são também incentivados a identificar como poderão os esforços de transparência do governo contribuir para maior prestação de contas ao público e mais participação cívica a longo prazo.

O segundo plano de ação de Cabo Verde compreende 8 compromissos que visam acima de tudo aumentar a transparência da governação. Os compromissos relativos a dados abertos, transparência orçamental e prestação de serviços públicos são uma expansão do primeiro plano de ação. Os compromissos de reforçar a transparência na indústria das pescas e no setor da justiça representam novas áreas políticas e novos organismos governamentais participantes. Os implementadores são incentivados a considerar como poderão as reformas de transparência previstas no plano de ação contribuir para reforçar a participação cívica e a prestação de contas ao público a mais longo prazo.

O plano de ação inclui mais compromissos que o anterior. Todos os 8 compromissos têm um prisma de governo aberto e a respetiva análise concluiu que têm um modesto potencial de resultados.

São identificadas duas áreas políticas como sendo as mais promissoras para governo aberto. Os compromissos 1 e 2 têm potencial para aumentar o acesso a dados e estatísticas através da introdução de uma política e um portal de dados abertos. Os compromissos 7 e 8 prometem trazer a justiça para mais perto dos cidadãos através de recursos online, regionais e de justiça móvel. Os centros oferecerão atividades de prevenção do crime, encaminhamento para serviços da justiça, assim como orientação e informação jurídica.

NUM RELANCE

A participar desde 2015

Plano de Ação a ser revisto: 2023–2025

Produto IRM: Revisão do Plano de Ação

Número de compromissos: 8

Visão geral dos compromissos:

Compromissos com um prisma de governo aberto: 8 (100%)

Compromissos com potencial de resultados substancial: 0 (0%)

Compromissos promissores: 4

Áreas políticas:

Transitadas de planos de ação anteriores:

- Dados abertos
- Transparência orçamental
- Cocriação de serviços públicos

Emergentes deste plano de ação:

- Justiça aberta
- Transparência nas pescas

Cumprimento dos requisitos mínimos da OGP para a cocriação:

Agiu em conformidade com o processo da OGP: Sim

O plano de ação está em sintonia com agendas governamentais, como a Estratégia de Governança Digital (compromisso 1) e o Programa Justiça+ (compromisso 7), assim como com projectos apoiados internacionalmente sob a égide do Banco Mundial (compromisso 1), do Fundo Monetário Internacional (compromisso 5) e da Iniciativa de Transparência das Pescas (compromisso 4). Os implementadores podem usar o processo OGP para acrescentar valor a estas reformas em curso, especialmente envolvendo a sociedade civil na implementação.

O Governo de Cabo Verde reforçou as instituições e processos OGP na preparação do segundo plano de ação. O Primeiro-Ministro Dr. José Ulisses Correia e Silva lançou oficialmente o processo de cocriação num evento público em maio de 2022.¹ A responsabilidade pelo processo OGP passou para o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, tendo a Ministra Dra. Edna Oliveira sido nomeada como Ponto de Contacto Ministerial para a OGP. O Fórum Nacional Multissetorial (FNM) foi estabelecido em novembro de 2022, com 22 representantes governamentais, 1 representante do setor privado, 1 representante do meio académico e 3 da sociedade civil.² O FNM tem, portanto, uma representação predominantemente governamental. O governo criou também um repositório OGP público e uma página do Facebook para dar ao público informação sobre os progressos de Cabo Verde na OGP.³ Consequentemente, Cabo Verde cumpriu todos os requisitos mínimos das Normas de Participação e Cocriação da OGP durante o período de cocriação.

Os membros da sociedade civil disseram que os temas e prioridades dos compromissos foram definidos pelo governo, deixando assim um espaço limitado para a voz da sociedade civil. Um representante da sociedade civil entrevistado pelo IRM expressou esperança de que a sociedade civil seja envolvida mais cedo e de um modo mais amplo no processo de cocriação, para ajudar a definir as áreas prioritárias a serem tratadas no plano de ação.⁴ Futuramente, Cabo Verde é incentivado a continuar a reforçar o papel da sociedade civil no desenvolvimento e implementação das reformas de governo aberto.

O IRM recomenda que o FNM estabeleça grupos de trabalho com igual número de membros do governo e membros não governamentais. Os grupos de trabalho poderiam ser organizados em volta de áreas temáticas de política, como justiça aberta (compromissos 7 e 8) e dados e estatísticas abertos (compromissos 1 e 2). Estes grupos de trabalho poderiam desenvolver roteiros de implementação que esclarecessem atividades específicas e indicadores de progressos que contribuam para objetivos de compromissos, assim como poderiam identificar como a implementação de cada compromisso irá acrescentar valor a projectos ou estratégias já existentes em que se baseiem. Poderiam também delinear oportunidades para a sociedade civil participar na implementação de reformas de governo aberto. O FNM é incentivado a promover a sensibilização da sociedade civil para o processo OGP e alavancar essa sensibilização para fazer avançar prioridades políticas.⁵

¹ "Construction of the roadmap elaboration of the OGP Plan: Cabo Verde 2022–2024" [Construção do roteiro - Elaboração do Plano OGP Cabo Verde 2022-2024], Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, 18 de maio de 2022, https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AACkMV1s8vXNKN1p_qbZfK5na/03-Activities%26Events_Atividades%26Eventos/Open%20Gov%20Week%20Co-creation%20Workshop%20OGP%2018.05.2022/Report_Relat%C3%B3rio?dl=0&preview=OGP+WORKSHOP+REPOR T+III+18.05.22.pdf.

² "Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governança Aberta em Cabo Verde," Governo de Cabo Verde, 12 de dezembro de 2022, <https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AACeIl->

[dc3HVm287S2W5fzsUa/02-Steering%20Committee_F%C3%B3rum%20Multissetorial?dl=0&preview=ESTATUTOS-DO-FOR%C3%9AM-NACIONAL-MULTILATERAL-PARA-A-OGP_15_11_2022_APROVADO.pdf](https://www.ogp.org/pt/steering-committee/2023-2025/estatutos-do-foro-nacional-multilateral-para-a-ogp-15-11-2022-approvado.pdf).

³ Consultar a página de membro da OGP, o repositório e a página do Facebook de Cabo Verde: “Parceria de Governação Aberta (OGP) Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, <https://linktr.ee/ogpcv>.

⁴ Gerson Pereira (Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais), entrevista conduzida por investigador do IRM, 2 de março de 2023.

⁵ Consultar: “The skeptic's guide to open government – 2022 edition” [Guia para céticos em relação ao governo aberto], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/skeptics-guide-to-open-government-2022-edition>.

Secção II: Compromissos promissores no Plano de Ação de Cabo Verde 2023–2025

A revisão que se segue examina os dois agregados (que compreendem 4 compromissos individuais) identificados pelo IRM como tendo potencial para realizar os resultados mais promissores. Os compromissos promissores tratam de uma área política que é importante para as partes interessadas ou para o contexto nacional. Têm de ser verificáveis, ter um prisma de governo aberto relevante e ter um potencial modesto ou substancial para a obtenção de resultados. A presente revisão oferece também uma análise de desafios, oportunidades e recomendações com vista a contribuir para o processo de aprendizagem e implementação deste plano de ação.

Tabela 1. Compromissos promissores

Compromissos promissores
Compromissos 1 e 2: Dados e estatísticas abertos: este agregado promete aumentar o acesso do público a dados e estatísticas em poder do governo, através do estabelecimento de uma política e um portal de dados abertos.
Compromissos 7 e 8: Justiça aberta: esta reforma promete trazer a informação e os serviços da justiça para mais perto dos cidadãos, através de recursos presenciais e online. Tem igualmente em vista alargar o acesso a informação sobre decisões dos tribunais.

Compromissos 1 e 2: Dados e estatísticas abertos

Agências de implementação: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi), Instituto Nacional de Estatística (INE), Conselho Nacional de Estatística, Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais, Agência Reguladora Multissetorial da Economia, Ministério da Educação, Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde.

Para uma descrição completa dos compromissos incluídos neste agregado, consultar os compromissos 1 e 2 no Plano de Ação de Cabo Verde 2023–2025:

<https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-action-plan-2023-2025/>

Contexto e objetivos:

O compromisso 1 continua os esforços expressos no primeiro plano de ação no sentido de estabelecer um portal de dados abertos e uma política de dados abertos. Com o apoio do Banco Mundial, o compromisso 2 introduz o objetivo de alargar a recolha e publicação de informações estatísticas. Estes compromissos são analisados conjuntamente como um agregado devido a serem semelhantes os seus objetivos de dados abertos em diversas áreas políticas para apoiar a inovação económica, a elaboração de políticas públicas com base na informação e o alargamento do acesso à informação. Segundo o Ministério da Modernização do Estado, existe muito interesse da parte do setor privado¹ uma vez que o maior acesso a dados e estatísticas poderia promover a economia digital e fomentar a criação de novas aplicações.

Potencial de resultados: Modesto

Nos últimos anos, o Governo de Cabo Verde iniciou reformas para reforçar o acesso à informação e aumentar a transparência do setor público. A Estratégia para a Governação Digital,² que tem como objetivo modernizar o estado e os serviços públicos e fortalecer a

economia, exige o desenvolvimento de uma política de dados abertos. Presentemente, os dados abertos estão disponíveis mas encontram-se dispersos pelos vários sites governamentais e não são atualizados com frequência. Uma exceção a isto é a disponibilidade de informação orçamental do Ministério das Finanças, que recolhe no seu site dados atualizados da execução do orçamento e despesas.³

O compromisso 1 tem como base o lançamento do portal de dados abertos no ciclo do plano de ação anterior, que sofreu atraso por motivo da pandemia de COVID-19. A entidade pública empresarial de TI NOSi fez alguns avanços técnicos, mas teve as suas prioridades alteradas durante a pandemia, antes de o portal ser tornado público.⁴ O Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública assumiu a responsabilidade principal por este compromisso em lugar da NOSi, visto estar em melhor posição para criar uma política de dados abertos e a legislação relevante que deverá reger a publicação dos dados.⁵

O compromisso prevê o lançamento da plataforma de dados abertos, a aprovação de uma política de dados abertos e a realização de atividades destinadas a incentivar o uso de dados abertos, como um *hackathon* anual. Segundo o Diretor Nacional da Modernização do Estado, a proposta de política de dados abertos foi discutida com agências governamentais e será partilhada e discutida com a sociedade civil durante o período de implementação.⁶ No âmbito do Plano de Governança Digital, o governo tem como objetivo publicar pelo menos um conjunto de dados de cada entidade governamental até 2025.⁷ O compromisso visa também assegurar que os dados sejam continuamente atualizados e mais facilmente localizados - refletindo uma exigência comum da sociedade civil.⁸

O compromisso 2 tem como base um projeto do Banco Mundial que decorre de 2020 a 2025 com o objetivo de reforçar a capacidade de Cabo Verde para recolher, analisar e publicar informações estatísticas. O governo pretende alargar a cobertura geográfica dos dados estatísticos, a começar com a utilização de registos administrativos e o fornecimento de dados mais desagregados.⁹ O compromisso carece de pormenores concretos, como quando e como serão publicados os resultados preliminares. Contudo, os indicadores do projeto do Banco Mundial incluem até que ponto Cabo Verde publica (1) indicadores de estatísticas económicas e sociais fundamentais; (2) pelo menos dois relatórios analíticos utilizando dados de inquérito, macro ou administrativos; (3) conjuntos de dados estatísticos económicos e sociais centrais; e (4) produtos estatísticos produzidos e publicados pelo INE seguindo as normas internacionais e um calendário de lançamento pré-determinado.¹⁰

Não é claro se os dados estatísticos publicados no âmbito do compromisso 2 serão colocados no portal de dados abertos de que trata o compromisso 1. Os implementadores são incentivados a usar a inclusão deste projeto no plano de ação OGP para desenvolver mais os elementos de governo aberto desta reforma. Por exemplo, o INE poderia usar a plataforma OGP para trazer a sociedade civil para o processo através de consultas sobre quais as estatísticas e análises a que deveria ser dada prioridade para publicação e em que formatos. O INE pode também colaborar com a sociedade civil para trazer as conclusões para o discurso público, especialmente para informar a participação do público na tomada de decisões do governo.

Em 2022, o Governo de Cabo Verde aprovou a Lei sobre o Regime de Acesso e Reutilização de Documentos e Informações Administrativas, que estabelece os procedimentos e a forma de requerer o acesso aos documentos, bem como os documentos que podem ser acedidos.¹¹ Consequentemente, o país possui agora um procedimento estabelecido, com prazos, para os

pedidos efetuados por cidadãos para aceder a informação que se encontra em poder do governo. Espera-se que a nova lei seja um passo importante para o quadro político de dados abertos¹² e o portal de dados abertos, que irão incrementar a transparência pró-ativa. Disponibilizar pró-ativamente os dados em formato aberto pode reduzir a necessidade de pedidos de informação, que implicam geralmente um procedimento moroso.

Os recursos financeiros para o desenvolvimento dos portais estão assegurados, o que é positivo. O portal de dados abertos está previsto no atual orçamento¹³ e o repositório de dados estatísticos é financiado pelo Banco Mundial ao abrigo do projeto Master Data.¹⁴ O Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública está atualmente a considerar opções para a manutenção a longo prazo do portal de dados abertos e a ponderar as hipóteses de financiamento público ou um formato de parceria público-privada.¹⁵

A análise deste agregado concluiu que ele tem um modesto potencial para aumentar o acesso do público a dados e estatísticas. O desenvolvimento de uma política e um portal de dados abertos promete aumentar a acessibilidade e o âmbito dos dados à disposição do público. O maior acesso do público às informações estatísticas pode também fortalecer a participação informada do público nas discussões de políticas. Na forma como se encontra escrita, esta reforma é de uma ambição modesta visto que o estabelecimento do portal e da política de dados abertos foi iniciado antes da implementação. Além disso, não é claro no texto do plano de ação atual de que forma o compromisso 2 acrescenta valor ao projeto do Banco Mundial já existente. Esta reforma poderia vir a ter mais resultados de governo aberto a longo prazo se a implementação estabelecesse vias para a participação do público na governação dos dados. As oportunidades de participação do público vão desde permitir que os cidadãos peçam conjuntos de dados através de uma plataforma online até ao estabelecimento de mecanismos para a governação multissetorial dos dados.

Oportunidades, desafios e recomendações durante a implementação

Os dois organismos de implementação - o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública e o Instituto Nacional de Estatística - são incentivados a procurar oportunidades de colaboração. **Os implementadores poderiam convocar um grupo de trabalho que incluisse um igual número de parceiros governamentais e parceiros da sociedade civil, para monitorizar os progressos da implementação e responder a obstáculos à medida que fossem surgindo.** O grupo de trabalho poderia desenvolver um roteiro de implementação que identificasse etapas intermediárias e oportunidades para envolver a sociedade civil na implementação. A longo prazo, os implementadores poderiam levar a cabo atividades destinadas a incentivar o uso dos dados e das estatísticas pelo público. Por exemplo, a disseminação de dados das pescas ou do setor da justiça poderia apoiar a participação informada do público noutras reformas previstas no plano de ação.

Para além disto, o IRM recomenda que os implementadores tenham em conta o seguinte:

- A Associação Lantuna, uma organização da sociedade civil, recomenda a **criação de espaços que permitam uma comunicação rápida entre o governo e a sociedade civil, para facilitar os pedidos de informação.** Categorizar os dados complexos e as informações num formato mais acessível para o público poderia também ser útil.¹⁶ Marrocos, por exemplo, criou um guia do cidadão para como apresentar pedidos de acesso a informação e um portal online onde os pedidos são apresentados, encaminhados para o organismo governamental relevante e rastreados publicamente.¹⁷

- **Aumentar a capacidade do estado no respeitante a dados abertos.** Após a validação da política de dados abertos, os implementadores poderiam criar um manual e dar formação aos funcionários públicos para a recolha, processamento, disseminação e atualização dos dados.¹⁸ Por exemplo, a Escola de Governo do Quênia introduziu um curso de Acesso à Informação que informa os funcionários públicos das suas obrigações nos termos da lei de Acesso à Informação.¹⁹
- A maior participação do público nas reformas de dados abertos oferece uma oportunidade para amplificar os projetos de dados abertos já existentes. **Os campeões de dados abertos podem usar a plataforma OGP para envolver a sociedade civil e o setor privado na implementação.** Isto pode ser feito de diversas formas, por exemplo:
 - Consultar a sociedade civil e responder publicamente a feedback sobre a política de dados abertos, a legislação relevante e as directrizes. Na Irlanda, o processo OGP reuniu representantes de organismos governamentais, do setor privado, da sociedade civil e investigadores antes de delinear uma proposta de política de dados abertos.²⁰ O governo deu a conhecer a proposta para comentário do público, respondeu publicamente aos comentários e incorporou as sugestões na proposta.²¹
 - Consultar a sociedade civil e o setor privado sobre o conteúdo, o âmbito e o formato de dados mais adequados para os seus requisitos. No País Basco, o governo consultou e identificou as necessidades de dados indicadas pela sociedade civil para determinar quais os conjuntos de dados a que dar prioridade para publicação.²²
 - Trabalhar em parceria com a sociedade civil para testar a usabilidade do portal e realizar atividades de sensibilização junto do público para divulgar o portal e promover a sua utilização.
 - Ponderar a possibilidade de organismos permanentes para a governação multissetorial dos dados. A Tunísia estabeleceu um comité consultivo com membros da sociedade civil e do setor privado para supervisionar a implementação dos planos de ação de dados abertos.²³ Marrocos criou uma Comissão Orientadora de Dados Abertos para gerir os esforços de dados abertos através de uma abordagem multissetorial.²⁴

Compromissos 7 e 8: Justiça aberta

Agências de implementação: Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Conselho Superior da Magistratura Judicial da Procuradoria-Geral da República, Provedor de Justiça, Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi), Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMC), Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais da Praia.

Para uma descrição completa dos compromissos incluídos neste agregado, consultar os compromissos 7 e 8 no Plano de Ação de Cabo Verde 2023–2025:

<https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-action-plan-2023-2025/>.

Contexto e objetivos:

O Ministério da Justiça, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a Procuradoria-Geral da República e a Ordem dos Advogados de Cabo Verde propuseram incluir reformas de justiça aberta no segundo plano de ação. Este agregado, que compreende os compromissos 7 e 8, dá

continuidade ao Plano Justiça+, que foi desenvolvido em simultâneo com o plano de ação e lançado em julho de 2022.²⁵

Os dois compromissos visam aumentar a transparência do sistema judicial e melhorar a eficácia e a velocidade da justiça em Cabo Verde, assim como o acesso à mesma. Especificamente, este agregado traz o poder judicial para os esforços de governo aberto de Cabo Verde. O compromisso 7 tem como objetivo estabelecer vias presenciais e online para encaminhar os cidadãos para os serviços jurídicos apropriados, como a mediação e os tribunais especiais para ações de pequeno montante.²⁶ Visa igualmente proporcionar informação jurídica acessível através da definição de termos jurídicos, informação sobre instituições judiciárias e decisões dos tribunais. O compromisso 8 visa aumentar o número de decisões judiciais disponíveis no site jurisprudencia.cv, especialmente decisões de primeira instância. As reformas nesta área política são importantes, mas a ausência de pormenores concretos para ambos os compromissos e a falta de acesso público ao Plano Justiça+ colocam um desafio a uma análise e uma avaliação mais aprofundadas.

Potencial de resultados: Modesto

Um inquérito levado a cabo em 2015 pela Afrobarometer revelou que 34% dos caboverdianos enfrentavam desafios no acesso à justiça.²⁷ Os compromissos e o Plano Justiça+ visam dar resposta ao facto de que os cidadãos não sabem frequentemente onde se dirigir para obter reparação legal ou aceder aos resultados de processos judiciais. Os cidadãos não têm conhecimento de mecanismos de justiça alternativos, como os tribunais especiais para ações de pequeno montante ou a arbitragem. Consequentemente, os tribunais debatem-se com um grande número de ações por resolver.²⁸ O sistema judicial de Cabo Verde sofre também de falta de orçamento e de pessoal, o que contribui também para os atrasos nos processos judiciais.²⁹ Um estudo do setor da justiça em Cabo Verde, realizado em 2017, notou também uma falta de comunicação pró-ativa dos organismos judiciais para com o público.³⁰ O governo procurou anteriormente trazer os serviços de justiça para mais perto dos cidadãos através de uma iniciativa intitulada “Casas do Direito”, mas os custos elevados tornaram difícil alargar a iniciativa às populações remotas. O Ministério da Justiça espera chegar até um maior número de cidadãos utilizando uma abordagem mais eficiente em termos de custo.³¹

A meta intermédia 1, no compromisso 7, visa estabelecer espaços físicos nas câmaras municipais dos municípios de Cabo Verde. Estes espaços facilitarão o acesso a informação sobre os serviços da justiça conforme indicado no Plano Justiça+. Indivíduos qualificados darão orientação e farão o encaminhamento para serviços fora da alçada dos tribunais, como a mediação, quando apropriado. Isto será complementado por um serviço móvel destinado a partilhar informação sobre os serviços da justiça com comunidades rurais e bairros urbanos. A iniciativa visa especialmente alcançar comunidades vulneráveis e partilhar informações sobre a violência baseada no género, o tráfico de pessoas e o abuso sexual de crianças, entre outros tópicos identificados como prioridades. O objetivo inclui atividades de prevenção do crime como consultas, sensibilização e partilha de informação sobre serviços de justiça alternativos como a mediação e os tribunais especiais para ações de pequeno montante. Em maio de 2023, o Ministério da Justiça estava a recolher informações junto de centros de serviços de justiça existentes sobre o tipo de serviços mais procurados pelos cidadãos. O ministério tenciona usar estas informações para projetar a iniciativa e políticas de justiça mais amplas.³²

As metas intermédias 2 e 3 visam alargar o acesso à informação online sobre serviços de justiça. Estas metas intermédias ampliam o Plano Justiça+ proporcionando comunicações e

informação relacionadas com os serviços de justiça a serem introduzidos no âmbito do plano. No âmbito da meta intermédia 2, será disponibilizada ao público mais informação em sites das instituições governamentais de justiça, como por exemplo www.tribunais.cv. O site do Ministério da Justiça inclui atualmente informação básica sobre as instituições judiciais, as leis e os serviços, bem como links para um portal de serviços online como certidões de casamento e de nascimento.³³ A página do ministério no Facebook publica informação sobre atividades e declarações de alto nível.³⁴ O ministério divulgará perguntas frequentes (FAQ), manuais, informação jurídica e guias facilmente compreensíveis pelo público.³⁵ Esta informação poderá ser fornecida através do portal de justiça que está atualmente a ser lançado pelo ministério ou através de outro espaço.

Fora do âmbito do compromisso, o Ministério da Justiça procurou introduzir um portal de justiça online em junho de 2023, com informação sobre o ministério e vias pelas quais os cidadãos podem aceder aos serviços do governo. O ministério tenciona lançar o portal por fases e através do portal os cidadãos poderão renovar documentos de identificação e requerer certidões de casamento, de registo criminal e de outro tipo. O ministério tem como objetivo introduzir o registo de imóveis e de empresas até finais de 2023, assim como contratos de casamento e escrituras públicas em 2024.³⁶ As partes interessadas entrevistadas pelo IRM esclareceram que o portal de justiça em desenvolvimento não é o “espaço online” notado na meta intermédia 2, se bem que o “espaço online” possa ser localizado no portal de justiça.³⁷

No âmbito da meta intermédia 3, o Ministério da Justiça irá usar as redes sociais para divulgar informação sobre serviços de justiça, incluindo os serviços criados nas câmaras municipais nos termos da meta intermédia 1.³⁸ A campanha das redes sociais poderá usar o Facebook e o Instagram, dado que estas são as plataformas mais usadas em Cabo Verde.³⁹ Isto viria alargar a parceria já existente entre o ministério e a televisão e as estações de rádio com o objetivo de amplificar a disseminação de informações jurídicas.⁴⁰

O compromisso 8 tem um âmbito modesto para o Conselho Superior da Magistratura Judicial publicar online as decisões de primeira instância. Atualmente, o governo publica as decisões dos tribunais superiores em jurisprudencia.cv. Com a implementação do compromisso, as decisões de primeira instância serão também incluídas na lista de informações publicadas.⁴¹ Isto dará aos cidadãos mais clareza relativamente aos seus deveres e direitos e tornar-se-á também uma fonte valiosa para assistentes jurídicos, defensores oficiosos e advogados, que aqui terão uma fonte acessível para a jurisprudência que guia o seu trabalho.⁴²

Oportunidades, desafios e recomendações durante a implementação

Esta reforma baseia-se no Plano Justiça+ e responde a preocupações prementes do público.⁴³ O Ministério da Justiça salientou que existe vontade política para implementar reformas de justiça aberta. Contudo, os recursos financeiros serão, provavelmente, o maior entrave.⁴⁴ É atribuído pessoal e algum financiamento governamental aos centros de serviços jurídicos no orçamento nacional, mas o montante específico não era claro.⁴⁵ O acesso à internet dificultou também esforços anteriores no âmbito da justiça digital. Nos termos do Plano de Governança Digital, o governo procura alargar a literacia digital, o acesso à internet e o acesso a computadores, de modo a possibilitar maior acesso aos serviços online.⁴⁶

A implementação dos compromissos 7 e 8 é conduzida por instituições diferentes. **O IRM recomenda que o Ministério da Justiça, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, as instituições governamentais parceiras e as associações não**

governamentais formem um grupo de trabalho que reúna periodicamente para discutir progressos, obstáculos e oportunidades para avançar colaborativamente a justiça aberta. Da mesma forma, o Ministério da Justiça podia também colaborar com os implementadores do compromisso¹ para incluir dados judiciais na plataforma de dados abertos.

A falta de clareza relativamente às actividades planeadas e a como os compromissos reforçam os esforços já existentes no Plano Justiça+ coloca desafios ao seu potencial de resultados. **O IRM recomenda que o grupo de trabalho de justiça defina um roteiro de implementação concreto** que esclareça qual a informação que será publicada e como. O grupo de trabalho pode indicar actividades e indicadores mensuráveis para a implementação e identificar de que forma os compromissos acrescentam valor às reformas já existentes, por exemplo ao reforçarem as vias de participação do público na reforma de dados abertos.

Envolver a sociedade civil na implementação é fundamental para amplificar os esforços de reforma do setor da justiça. Um representante da sociedade civil mencionou que o governo poderia investir na criação de capacidades nos serviços e recursos de justiça para as organizações da sociedade civil,⁴⁷ que poderiam depois apoiar os esforços do governo no sentido de trazer os serviços de justiça para mais perto dos cidadãos. Para este fim, o IRM recomenda ao governo:

- **Colaborar com a sociedade civil para simplificar as informações jurídicas.** A cidade de Buenos Aires, na Argentina, realizou um *hackathon* online em que organizações da sociedade civil e juízes trabalharam juntos para simplificar textos jurídicos de uso comum.⁴⁸ A Argentina lançou também uma aplicação para telemóveis que liga os cidadãos à informação sobre instituições judiciais, funcionários públicos, termos jurídicos, marcações, estimativas de custo e modelos de documentos jurídicos.⁴⁹
- **Consultar a sociedade civil sobre o design de espaços físicos e virtuais e criar materiais para grupos vulneráveis específicos.** Na Mongólia, o Ministério da Justiça e a sociedade civil colaboraram para identificar as necessidades jurídicas de comunidades vulneráveis e oferecer guias jurídicos para estes grupos específicos.⁵⁰ Na Indonésia, foram implementados regulamentos para assegurar que as necessidades de pessoas portadoras de deficiência eram devidamente satisfeitas em todas as fases do processo judicial.⁵¹

Este agregado está em sintonia com a estratégia da OGP para cinco anos lançada em 2023, que incluiu a capacitação legal e o acesso à justiça como uma das quatro áreas prioritárias para ação coletiva.⁵² Existe, portanto, uma oportunidade para Cabo Verde dar o exemplo a outros membros através de uma implementação ambiciosa. Os implementadores poderiam também beneficiar de coligações e recursos centrados na justiça aberta ao longo dos próximos cinco anos. As oportunidades para aprendizagem entre pares incluem:

- **Aprender e fazer intercâmbio com membros que estejam a fazer reformas semelhantes.** Por exemplo, a Macedónia do Norte estabeleceu centros de justiça com assistentes jurídicos com formação para oferecer informação e serviços a grupos marginalizados. Estes centros oferecem também uma linha telefónica dedicada para assistência jurídica gratuita.⁵³ A Namati na Serra Leoa⁵⁴ e a Community Advice Offices South Africa⁵⁵ alargaram o acesso à justiça através de assistentes jurídicos comunitários.⁵⁶
- **Aderir à Coligação da OGP para a Justiça,** onde membros da OGP, organizações da sociedade civil e outros parceiros nacionais e internacionais partilham informações e

aprendem sobre as formas pelas quais a comunidade OGP faz avançar a justiça através de planos de ação.⁵⁷

Outros compromissos

São a seguir discutidos outros compromissos que o IRM não identificou como promissores. Esta revisão faz recomendações destinadas a contribuir para a aprendizagem e implementação destes compromissos.

O **compromisso 3** prevê a criação de um site na internet destinado a centralizar a informação sobre serviços governamentais. O repositório incluirá uma descrição de todos os serviços públicos offline e online disponíveis para cidadãos residentes e não residentes, empresas, entidades governamentais e outras. O Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública salienta que, para além das atividades listadas no compromisso, a reforma visará também simplificar os serviços públicos digitais. O ministério declarou que o público será consultado neste processo através de consultas, questionários, audiências e grupos de discussão, para assegurar que os serviços públicos online respondem às necessidades dos utilizadores.⁵⁸ A análise deste compromisso concluiu que ele tem um potencial modesto para obter resultados a breve prazo, visto que visa sobretudo tornar mais facilmente acessível informação que já é pública. O texto do compromisso menciona que o repositório permitirá igualmente ao público apresentar queixas e recomendações sobre serviços públicos.⁵⁹ Se a implementação deste compromisso criasse novas vias para o público participar no melhoramento dos serviços públicos ou pedir contas ao governo, nesse caso esta reforma poderia ter resultados mais significativos de governo aberto.

O **compromisso 4** tem como objetivo tornar o setor das pescas, que contribui significativamente para a economia e a segurança alimentar de Cabo Verde, mais transparente e inclusivo.⁶⁰ Louvavelmente, Cabo Verde obteve o estatuto de país candidato nos termos da Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI),⁶¹ formou um Grupo Multissetorial da FiTI,⁶² desenvolveu um plano de trabalho para 2023,⁶³ e iniciou o primeiro relatório FiTI que será publicado até dezembro de 2023.⁶⁴ Este compromisso não foi, no entanto, considerado como promissor dado que 2 das suas 3 metas intermédias foram concluídas antes do início do período de implementação. Contudo, este compromisso poderá produzir resultados de governo aberto significativos se a implementação for para além das metas intermédias indicadas no plano de ação e fizer avanços notáveis no sentido da abertura das pescas.

Especificamente, os implementadores podem usar a plataforma OGP para assegurar que as conclusões do relatório FiTI contribuem para a participação informada do público na governação das pescas. Exemplos de tais atividades incluem:

- Trabalhar em parceria com o meio académico e a sociedade civil em estratégias para colmatar lacunas na informação do público identificadas no relatório FiTI. O Ministério do Mar poderia trabalhar com a sociedade civil e o meio académico para assegurar que o futuro “Portal do Mar” responde às necessidades dos seus utilizadores contendo informações detalhadas como capturas por espécies, frotas, exportações, a condição dos recursos, licenças e legislação.⁶⁵ O ministério poderia, por exemplo, realizar um *hackathon* em que estudantes universitários experimentassem utilizar o portal para criar novos resultados e ferramentas.
- Colaborar com a sociedade civil e as associações de pescas para disseminar e discutir os resultados do relatório em fóruns existentes como o Conselho Nacional das Pescas, debate parlamentar multipartidário sobre pescas e o Cabo Verde Ocean Week.

Especialmente, considerar disponibilizar os resultados do relatório em formatos acessíveis para os trabalhadores das pescas.

- Colaborar com a sociedade civil e as associações de pescas para realizar reuniões de discussão pública nos municípios ou consultas sobre as conclusões do relatório FITI, em que o governo recolha e responda ao parecer do público sobre os desafios do setor.

Os **compromissos 5 e 6** têm como objetivo aumentar o acesso do público à informação orçamental e fiscal. O Ministério das Finanças salienta que estes compromissos visam implementar os requisitos de transparência fiscal nos termos da Lei 55/IX/2019, que inclui a disponibilização de um portal orçamental público.⁶⁶ O compromisso 5, relativo a criar um portal de transparência fiscal, reflete um projeto financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciado em 2022. Se bem que seja uma iniciativa positiva, não é claro de que forma a inclusão do compromisso 5 no plano de ação desenvolve mais o projeto já existente. O compromisso 6 carece de pormenores sobre o formato e a frequência da informação a ser publicada. O ministério diz, no entanto, que o portal reunirá informação da Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil dos PALOP-TL,⁶⁷ gerência de empresas públicas, adjudicação eletrónica, Direção Nacional de Receitas do Estado e Direção Geral do Tesouro. O ministério disse também que a legislação de transparência orçamental foi redigida com assistência técnica do FMI.⁶⁸ Os implementadores podem usar a plataforma OGP para alargar os esforços já existentes e identificar atividades que assegurem que a informação publicada contribui diretamente para a participação informada do público nos processos orçamentais.

¹ João Cruz (Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), entrevista conduzida por investigador do IRM, 20 de março de 2023.

² “Estratégia para a Governação Digital de Cabo Verde”, Governo de Cabo Verde, <https://eparticipa.gov.cv/download/estrategia-para-governacao-digital-de-cabo-verde/?wpdmml=2663&refresh=644cfff8c82e1682767868>.

³ “Orçamentos e contas dados abertos”, Ministério das Finanças, <https://www.mf.gov.cv/web/dnocrp/or%C3%A7amentos-e-contas-dados-abertos>.

⁴ “Mecanismo Independente de Avaliação (IRM): Relatório de Resultados Transitórios de Cabo Verde 2018– 2021,” Open Government Partnership, 14 de abril de 2022, <https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-transitional-results-report-2018-2021>.

⁵ Cruz, entrevista.

⁶ Cruz, entrevista.

⁷ Cruz, entrevista: este objetivo não está previsto no plano de ação, mas faz parte do plano de governação digital conduzido pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública.

⁸ Diego Alinho (Associação Lantuna), entrevista conduzida por investigador do IRM, 2 de março de 2023.

⁹ “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental,” Banco Mundial, atualizado a 24 de agosto de 2023, <https://projects.worldbank.org/pt/projects-operations/project-detail/P169265>.

¹⁰ “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental,” Banco Mundial.

¹¹ “Proposta de Lei que estabelece o Regime de Acesso e Reutilização de Documentos e Informações Administrativas aprovada na especialidade”, Governo de Cabo Verde, abril de 2022, <https://www.governo.cv/proposta-de-lei-que-estabelece-o-regime-de-acesso-e-reutilizacao-de-documentos-e-informacoes-administrativas-aprovada-na-especialidade>; “Cape Verde,” Global Right to Information Rating, 2022, <https://www.rti-rating.org/country-data/Cape%20Verde>.

¹² “Relatório de avaliação de Cabo Verde”, Banco Africano de Desenvolvimento, 2022, <https://projectsportal.afdb.org/dataportal/VProject/show/P-CV-K00-015>.

¹³ Cruz, entrevista.

¹⁴ “Projeto Master Data, do INE, contará com a colaboração do NOSi,” Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, 20 de outubro de 2022, <https://nosi.cv/web/guest/w/projeto-master-data-do-ine-contar%C3%A1-com-a-colabora%C3%A7%C3%A3o-do-nosi>.

¹⁵ Cruz, entrevista.

¹⁶ Alinho, entrevista.

- ¹⁷ Consultar: “بوابة الحصول على المعلومات”, [Portal de informação], Governo de Marrocos, <http://www.chafafiya.ma>; “IRM Transitional Results Report: Morocco 2018–2020” [Relatório IRM de Resultados Transitórios: Marrocos 2018-2020], Open Government Partnership, 12 de novembro de 2021, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2021/11/Morocco_Transitional-Results-Report_2018-2020_EN.pdf.
- ¹⁸ Consultar: “Morocco – Strengthening open data practices (MO0034)”, [Marrocos – Fortalecimento das práticas de dados abertos] Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/morocco/commitments/MO0034>.
- ¹⁹ “IRM Results Report: Kenya 2020–2022” [Relatório IRM de Resultados: Quênia 2020-2022], Open Government Partnership, versão preliminar para revisão pré-publicação.
- ²⁰ Consultar: “Ireland – Develop an open data strategy 2017–2020 (IE0044)”, [Irlanda - Desenvolver uma estratégia de dados abertos 2017-2020 (IE0044)], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/ireland/commitments/IE0044>.
- ²¹ Consultar: “Ireland – Develop an open data strategy 2017–2020 (IE0044)”, [Irlanda - Desenvolver uma estratégia de dados abertos 2017-2020 (IE0044)], Open Government Partnership.
- ²² Imanol Argüeso Epelde, “Open Data Euskadi: Five lessons in 12 years opening data”, [Dados Abertos Euskadi: 5 lições em 12 anos de abertura de dados], Open Government Partnership, 21 de fevereiro de 2023, <https://www.opengovpartnership.org/stories/open-data-euskadi-five-lessons-in-12-years-opening-data/>.
- ²³ “Tunisia – Open data framework (TN0037)”, [Tunísia – Quadro de dados abertos (TN0037)], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/tunisia/commitments/TN0037>.
- ²⁴ “Morocco – Open data (MO0004)” [Marrocos – Dados abertos (MO0004)] Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/morocco/commitments/MO0004>.
- ²⁵ O Ministério da Justiça não respondeu a pedidos do IRM no sentido de que lhe fosse facultada uma cópia do Plano Justiça+.
- ²⁶ Marlene Almeida e Anilda Pereira (Ministério da Justiça), entrevista conduzida por investigador do IRM, 18 de maio de 2023.
- ²⁷ “Access to justice still elusive for many Africans, Afrobarometer survey finds” [O acesso à justiça continua elusivo para muitos africanos, revela um inquérito da Afrobarometer], 13 de março de 2017, https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/ab_r6_pr17_access_to_justice_eng.pdf.
- ²⁸ Dilma Delgado (Procuradoria-Geral da República), entrevista conduzida por investigador do IRM, 16 de março de 2023.
- ²⁹ “Freedom in the World 2022 – Cabo Verde” [Liberdade no Mundo 2022 – Cabo Verde] Freedom House, <https://freedomhouse.org/country/cabo-verde/freedom-world/2022>.
- ³⁰ “A situação da justiça em Cabo Verde”, Ministério da Justiça, 17 de dezembro de 2017, https://www.dgpi.cv/images/Relatorio_FINAL_Estudo_Sit_Justica_CV_2017_17_12_2017.pdf.
- ³¹ Almeida e Pereira, entrevista.
- ³² Almeida e Pereira, entrevista.
- ³³ “Serviços de justiça”, Ministério da Justiça, <https://justica.gov.cv/inicio>.
- ³⁴ “Ministério da Justiça”, Facebook, https://www.facebook.com/oficialministeriojustica/?locale=pt_BR.
- ³⁵ Paulo Fernandes (Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), correspondência por e-mail com investigador do IRM, 11 de maio de 2023.
- ³⁶ Almeida e Pereira, entrevista.
- ³⁷ Fernandes, correspondência por e-mail.
- ³⁸ Almeida e Pereira, entrevista.
- ³⁹ Delgado, entrevista.
- ⁴⁰ Almeida e Pereira, entrevista.
- ⁴¹ Delgado, entrevista.
- ⁴² Almeida e Pereira, entrevista.
- ⁴³ O programa “Modernização da Justiça” de Justice+ foi lançado em julho de 2022.
- ⁴⁴ Almeida e Pereira, entrevista.
- ⁴⁵ “Orçamento do Estado de 2023: Sector da justiça absorve cerca de 10% do bolo orçamental”, Inforpress, 15 de novembro de 2022, <https://inforpress.cv/oe2023-orcamento-para-o-sector-da-justica-com-aumento-de-cerca-de-10>.
- ⁴⁶ Almeida e Pereira, entrevista.
- ⁴⁷ Gerson Pereira (Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais), entrevista conduzida por investigador do IRM, 2 de março de 2023.
- ⁴⁸ Mariano Heller, “Hacking Judicial Language for Open Justice” [“Atacar” a linguagem jurídica para obter uma Justiça Aberta], Open Government Partnership, 26 de agosto de 2021, <https://www.opengovpartnership.org/stories/hacking-judicial-language-for-open-justice>.
- ⁴⁹ “Making justice work for you” [Fazer com que a justiça funcione para si], Open Government Partnership, 19 de setembro de 2021, <https://www.ogpstories.org/making-justice-work-for-you>.

- ⁵⁰ “Mongolia – Increase public legal knowledge (MN0040)” [Mongólia – Aumentar os conhecimentos jurídicos do público (MN0040)], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/mongolia/commitments/MN0040>.
- ⁵¹ Consultar: “Indonesia – Expanding access to justice for marginalized groups (2020 – Commitment 6, Commitment 7, Commitment 9)” [Indonésia – Alargar o acesso à justiça para grupos marginalizados (2020 – Compromisso 6, Compromisso 7, Compromisso 9)], em “Justice fact sheet” [Ficha informativa de Justiça], Open Government Partnership, novembro de 2021, <https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2021/11/Justice-fact-sheet.pdf>, 3.
- ⁵² Consultar: “OGP Strategy 2023–2028 Strategic Goal 4: Accelerate collective progress on open government reforms” [Estratégia OGP 2023–2028 Objetivo Estratégico 4: Acelerar os progressos coletivos em reformas de governo aberto], Open Government Partnership, https://www.opengovpartnership.org/strategy-2023-2028/#toc_7.
- ⁵³ “Denis stands up against discrimination” [Denis luta contra a discriminação], Open Government Partnership, 30 de março de 2022, <https://www.ogpstories.org/denis-stands-up-against-discrimination>; “North Macedonia – Improving access to justice for marginalized groups of citizens (MK0137)” [Macedónia do Norte – Melhorar o acesso à justiça para grupos de cidadãos marginalizados (MK0137)], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/north-macedonia/commitments/MK0137>.
- ⁵⁴ “Grassroots legal empowerment” [Capacitação jurídica no terreno], Namati, <https://namati.org/what-we-do/grassroots-legal-empowerment>.
- ⁵⁵ “Community Advice Offices South Africa,” Community Advice Offices South Africa, <https://caosouthafrica.org.za>.
- ⁵⁶ “Sierra Leone – Expanding community-based justice services (SL0022)” [Serra Leoa – Alargar os serviços de justiça de base comunitária (SL0022)], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/members/sierra-leone/commitments/sl0022/>; “South Africa Institutionalizing community paralegals: The South African experience” [África do Sul - Institucionalizar assistentes jurídicos comunitários: A experiência sul-africana], Open Government Partnership, 20 de setembro de 2019, <https://www.opengovpartnership.org/stories/institutionalizing-community-paralegals-the-south-african-experience>.
- ⁵⁷ Todos os membros nacionais da OGP que estejam a criar ou implementar compromissos de justiça são convidados a participar em reuniões da coligação. Consultar: “OGP Coalition on Justice” [Coligação OGP para a Justiça], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/ogp-coalition-on-justice/#terms>.
- ⁵⁸ Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, comentário durante a revisão pré-publicação, 14 de agosto de 2023.
- ⁵⁹ “Cabo Verde II Plano de Ação Nacional de Governança Aberta 2023–2025,” Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-action-plan-2023-2025/>.
- ⁶⁰ OEC - Cape Verde Product Exports (2019); apud data Source: BACI - HS6 REV. 1992 (1995 - 2019). Disponível no endereço: <https://oec.world/en/profile/country/cpv>.
- ⁶¹ “Aprovação da candidatura de Cabo Verde à Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI)”, Fisheries Transparency Initiative, 17 de fevereiro de 2023, https://www.fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/FITI_CPV_IBrites_20230217.pdf.
- ⁶² “TOR do Grupo Multissetorial Nacional (GMN) do FiTI de Cabo Verde”, Fisheries Transparency Initiative, 19 de dezembro de 2022, https://www.fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/TdR.GNM_CV_V19-12-22-FINAL.pdf.
- ⁶³ “2023 Work Plan of the National Multisectoral Group of the Fisheries Transparency Initiative (FiTI) of Cape Verde” [Plano de Trabalho do Grupo Nacional Multissetorial da Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI) de Cabo Verde], Fisheries Transparency Initiative, 28 de novembro de 2022, https://www.fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/FITI_CV_MSGWorkPlan_2023_Final.pdf.
- ⁶⁴ Consultar a informação sobre a candidatura de Cabo Verde: “Cabo Verde,” Fisheries Transparency Initiative, <https://www.fiti.global/cabo-verde>.
- ⁶⁵ Ministério do Mar, comentário durante a revisão pré-publicação, 14 de agosto de 2023.
- ⁶⁶ Ministério das Finanças, comentário durante a revisão pré-publicação, 14 de agosto de 2023.
- ⁶⁷ “Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil dos PALOP-TL” PALOP-TL ISC, <https://www.paloptl-ebudgets.org/cabo-verde/>; “Orçamentos e contas dados abertos”, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial.
- ⁶⁸ Ministério das Finanças, comentário.

Secção III. Metodologia e indicadores do IRM

A finalidade da presente revisão não é avaliar. A intenção é ser uma rápida revisão técnica independente das características do plano de ação e dos pontos fortes e desafios que o IRM identifica para informar um processo de implementação mais robusto. O IRM destaca compromissos que têm maior potencial de resultados, uma elevada prioridade para as partes interessadas do país, uma prioridade no contexto nacional de governação aberta, ou uma combinação destes fatores.

O IRM utiliza um processo de filtragem e agregação para identificar reformas ou compromissos promissores:

Etapa 1: determinar o que pode ser revisto com base na verificabilidade do compromisso conforme redigido no plano de ação.

Etapa 2: determinar se o compromisso tem ou não um prisma de governo aberto. É relevante para os valores da OGP?

Etapa 3: rever os compromissos que são verificáveis e têm um prisma de governo aberto para identificar se há determinados compromissos que necessitem de ser agregados. Os compromissos que tenham um objetivo político comum ou que contribuam para a mesma reforma ou questão política devem ser agregados. O potencial de resultados dos compromissos agregados deve ser analisado como um todo. O pessoal do IRM segue estas etapas para agregar os compromissos:

- a. Determinar os temas globais. Se o plano de ação não estiver já agrupado por temas, o pessoal do IRM poderá usar como referência a identificação temática feita pela OGP.
- b. Rever os objetivos dos compromissos para identificar compromissos que tratem da mesma questão política ou que contribuam para a mesma política geral ou reforma administrativa.
- c. Organizar os compromissos em agregados conforme necessário. Os compromissos podem estar já organizados no plano de ação por políticas ou reformas administrativas específicas.

Etapa 4: avaliar o potencial de resultados do agregado ou do compromisso isolado.

A filtragem é um processo interno. Os dados relativos aos compromissos individuais encontram-se disponíveis no Anexo 1. Para além disto, durante o processo de revisão interna deste produto, o IRM verifica a exatidão das conclusões e recolhe mais informação através de uma análise por pares, feedback da Unidade de Apoio da OGP conforme necessário, entrevistas e validação com partes interessadas do país, uma análise por especialistas externos e supervisão pelo Painel Internacional de Especialistas do IRM (IEP).

Conforme descrito anteriormente, o IRM baseia-se em **três indicadores chave** para esta revisão:

I. Verificabilidade

- **Sim, suficientemente específico para ser revisto:** tal como descritos no plano de ação, os objetivos declarados e as ações propostas são suficientemente claros e incluem atividades que podem ser objetivamente demonstradas para avaliar a implementação.
- **Não, não é específico o suficiente para ser revisto:** tal como descritos no plano de ação, os objetivos declarados e as ações propostas carecem de clareza e não incluem atividades que possam ser explicitamente demonstradas para avaliar a implementação.
- Considerar-se-á que os compromissos que não sejam verificáveis não podem ser revistos e não continuarão a ser avaliados.

II. Prisma de governo aberto

Este indicador determina se o compromisso se relaciona com os valores de governação aberta - transparência, participação cívica ou prestação de contas - conforme definidos pela Declaração de Governo Aberto e pelos Estatutos da OGP, respondendo às perguntas orientadoras a seguir indicadas. Com base numa leitura atenta do texto do compromisso, o IRM começa por determinar se ele tem ou não um prisma de governo aberto:

- **Sim/Não:** o compromisso tem em vista tornar uma área política, uma instituição ou o processo de tomada de decisões mais transparentes, participativos ou passíveis de responsabilização pelo público?

O IRM utiliza os valores da OGP conforme definidos nos seus Estatutos. Para além disso, podem ser usadas as seguintes perguntas respeitantes a cada um dos valores da OGP, como referência para identificar a perspetiva específica de governação aberta na análise do compromisso:

- **Transparência:** o governo irá divulgar mais informação, melhorar os quadros jurídico ou institucional para garantir o direito à informação, melhorar a qualidade da informação divulgada ao público, ou aumentar a transparência dos processos de tomada de decisões pelo governo ou das instituições?
- **Participação Cívica:** irá o governo criar ou melhorar as oportunidades, os processos ou os mecanismos existentes para o público informar ou influenciar as decisões? Irá o governo criar, possibilitar ou melhorar mecanismos participativos para as minorias ou grupos sub-representados? Irá o governo possibilitar um quadro jurídico para garantir as liberdades de reunião, associação e protesto pacífico?
- **Prestação de Contas:** irá o governo criar ou melhorar as oportunidades para que os representantes do Estado possam ser responsabilizados pelas suas ações? Irá o governo possibilitar um quadro jurídico, político ou institucional destinado a promover a responsabilização dos funcionários públicos?

III. Potencial de resultados

O IRM ajustou este indicador — anteriormente designado como indicador de “impacto potencial” — para ter em consideração o feedback recebido do processo de consulta de Atualização do IRM (Refresh) à comunidade OGP. Com o novo enfoque estratégico dos produtos IRM orientado para os resultados, o IRM modificou este indicador para estabelecer os resultados esperados e o potencial que seria verificado no Relatório de Resultados do IRM, após a implementação. Dada a finalidade desta Revisão do Plano de Ação, a avaliação do potencial de resultados é apenas uma indicação inicial da possibilidade de o compromisso produzir resultados significativos, com base na forma como é articulado no plano de ação e tendo em vista a situação da respetiva área política.

A escala do indicador é definida como:

- **Pouco claro:** o compromisso visa a continuação das práticas existentes em conformidade com a legislação, os requisitos ou as políticas em vigor, sem indicar o valor acrescentado ou uma abordagem de governação aberta melhorada por comparação com a prática existente.
- **Modesto:** uma iniciativa ou alterações a um processo, prática ou políticas positiva(s) mas isolada(s). O compromisso não gera alterações vinculativas ou institucionalizadas no governo ou nas instituições que administram uma área política. São exemplos disto ferramentas como *websites*, ou publicação de dados, formação, ou projetos piloto.
- **Substancial:** algo que pode vir a mudar completamente as regras do jogo em práticas, políticas ou instituições que governam uma área política, um setor público, ou a relação entre os cidadãos e o estado. O compromisso gera mudanças vinculativas e institucionalizadas na administração pública.

Esta revisão foi preparada para o IRM em colaboração com Luciana Tuszel e foi submetida a revisão especializada externa por Andy McDevitt. A metodologia do IRM, a qualidade dos produtos IRM e o processo de revisão são supervisionados pelo Painel Internacional de Especialistas (IEP) do IRM. Para mais informação, consultar a secção de Visão Geral do IRM, no site da OGP.¹

¹ “IRM Overview” [Visão Geral do IRM], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/irm-guidance-overview/>.

Anexo 1. Dados para cada um dos compromissos¹

Compromisso 1: Portal de dados abertos

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Este compromisso foi agregado como: Dados abertos e estatísticas (compromissos 1 e 2 do plano de ação)
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 2: Projeto de dados principais de estatística

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Este compromisso foi agregado como Dados abertos e estatísticas (compromissos 1 e 2 do plano de ação)
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 3: Cocriação de serviços públicos

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 4: Transparência nas pescas

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 5: Portal de transparência nas finanças

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 6: Transparência orçamental e de finanças

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 7: Transparência na informação jurídica

- Verificável: Sim
- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Este compromisso foi agregado como: Justiça aberta (compromissos 7 e 8 do plano de ação)
- Potencial de resultados: Modesto

Compromisso 8: Melhorar o acesso à justiça

- Verificável: Sim

- Tem um prisma de governo aberto? Sim
- Este compromisso foi agregado como Justiça aberta (compromissos 7 e 8 do plano de ação)
Potencial de resultados: Modesto

¹ **Notas editoriais:**

1. Para compromissos agregados, a avaliação do potencial de resultados é feita a nível do agregado e não dos compromissos individuais.
2. Os títulos abreviados dos compromissos podem ter sido editados por razões de concisão. Para aceder ao texto completo dos compromissos, consultar: “Cabo Verde II Plano de Ação Nacional de Governação Aberta 2023–2025,” Governo de Cabo Verde, <https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-action-plan-2023-2025/>.

Anexo 2: Cocriação do Plano de Ação

Os países membros da OGP são incentivados a tentar realizar toda a ambição das Normas de Participação e Cocriação da OGP atualizadas, que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2022.¹ O IRM avalia todos os países que apresentaram planos de ação a partir de 2022 utilizando as normas atualizadas. A OGP instituiu um período de tolerância de 24 meses para assegurar uma transição justa e transparente para as normas atualizadas. Durante este período, o IRM avaliará o alinhamento dos países com as normas e o seu cumprimento dos respetivos requisitos mínimos.² No entanto, os países serão considerados como estando a atuar de forma contrária ao processo da OGP apenas se não cumprirem os requisitos mínimos, a começar com os planos de ação apresentados para ter início em 2024 e anos subsequentes. A tabela 2 descreve até que ponto as práticas de participação e cocriação dos países cumprem os requisitos mínimos aplicáveis durante a conceção do plano de ação.

Tabela 2. Cumprimento dos requisitos mínimos

Requisito mínimo	Cumprido durante a cocriação?	Cumprido durante a implementação ?
1.1 Espaço para o diálogo: o Fórum Nacional Multissetorial (FNM) foi oficialmente estabelecido a 9 de novembro de 2022 e inclui representantes de 20 organismos governamentais ou soberanos assim como partes interessadas - 2 do setor privado, 3 da sociedade civil e 1 da Universidade de Cabo Verde. ³ O FNM reúne duas vezes por mês, de acordo com os seus estatutos, que estão disponíveis online. ⁴	Sim	<i>A ser avaliado no Relatórios de Resultados</i>
2.1 Site OGP: o governo publicou uma LinkTree ⁵ com links para a página do país no site da OGP, uma pasta de acesso livre que inclui o plano de ação e anteriores relatórios do IRM, e uma página de Cabo Verde na OGP no Facebook, que dá notícias atualizadas para o público.	Sim	<i>A ser avaliado no Relatórios de Resultados</i>
2.2 Repositório: o repositório é uma pasta pública partilhada que não requer uma palavra-passe para registo. Estão disponíveis e podem ser descarregados relatórios de reuniões e apresentações dos três eventos de cocriação. ⁶	Sim	<i>A ser avaliado no Relatórios de Resultados</i>
3.1 Notificação antecipada: o roteiro do processo de cocriação foi publicado em maio de 2022, após o Arranque de Cocriação da OGP. ⁷ Não houve um convite público para o processo, mas foram convidadas organizações da sociedade civil para participar na reunião do FNM e no workshop de cocriação, a 9 de novembro de 2022.	Sim	Não é aplicável
3.2 Sensibilização: foram realizadas duas atividades de sensibilização - uma durante o Wokshop da OGP em maio de 2022 ⁸ e a outra durante a primeira reunião do FNM, a 9 de novembro de 2022. ⁹ Estas atividades não foram abertas ao público, mas nelas estiveram presentes representantes de agentes não governamentais, 9 organizações da sociedade civil, 9 organizações ligadas ao meio académico e 2 do setor privado.	Sim	Não é aplicável

3.3 Mecanismo de feedback: foram recolhidos pareceres sobretudo através do workshop realizado a 9 de novembro de 2022, em que foram dados contributos durante a discussão em pequenos grupos. ¹⁰	Sim	Não é aplicável
4.1 Resposta fundamentada: de acordo com um representante de uma organização da sociedade civil, os contributos foram documentados e tidos em conta durante o workshop a 9 de novembro de 2022. ¹¹	Sim	Não é aplicável
5.1 Implementação aberta: <i>o IRM examinará se foram realizadas reuniões com partes interessadas da sociedade civil, para apresentar os resultados da implementação e permitir que a sociedade civil faça os seus comentários no Relatório de Resultados.</i>	Não é aplicável	<i>A ser avaliado no Relatórios de Resultados</i>

¹ “2021 OGP Participation and Co-Creation Standards” [Normas de Participação e Cocriação da OGP de 2021], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/ogp-participation-co-creation-standards/>.

² “IRM Guidelines for the Assessment of Minimum Requirements” [Diretrizes do IRM para a Avaliação dos Requisitos Mínimos], Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/documents/irm-guidelines-for-the-assessment-of-minimum-requirements/>.

³ “Cabo Verde II Plano de Ação Nacional de Governação Aberta 2023–2025,” Open Government Partnership, <https://www.opengovpartnership.org/documents/cabo-verde-action-plan-2023-2025/>.

⁴ “Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governação Aberta em Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, 12 de dezembro de 2022, https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AACeIL-dc3HVm287S2W5fzsUa/02-Steering%20Committee_F%C3%B3rum%20Multissetorial?dl=0&preview=ESTATUTOS-DO-FOR%C3%9AM-NACIONAL-MULTILATERAL-PARA-A-OGP_15_11_2022_APROVADO.pdf.

⁵ Consultar a página de membro da OGP, o repositório e a página do Facebook de Cabo Verde: “Parceria de Governação Aberta (OGP) Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, <https://linktr.ee/ogpcv>.

⁶ Consultar a documentação da cocriação do plano de ação: https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AADfrymP8_djRzClk5DJFEIVa/03-Activities%26Events_Atividades%26Eventos?dl=0&subfolder_nav_tracking=1.

⁷ “Construction of the roadmap elaboration of the OGP Plan: Cabo Verde 2022–2024” [Construção do roteiro - Elaboração do Plano OGP Cabo Verde 2022-2024], Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, 18 de maio de 2022, https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AACkMV1s8vXNKN1p_qbZFk5na/03-Activities%26Events_Atividades%26Eventos/Open%20Gov%20Week%20Co-creation%20Workshop%20OGP%2018.05.2022/Report_Relat%C3%B3rio?dl=0&preview=OGP+WORKSHOP+REPOR T+III+18.05.22.pdf.

⁸ Consultar o relatório de atividade:

https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AACkMV1s8vXNKN1p_qbZFk5na/03-Activities%26Events_Atividades%26Eventos/Open%20Gov%20Week%20Co-creation%20Workshop%20OGP%2018.05.2022/Report_Relat%C3%B3rio?dl=0&preview=OGP+WORKSHOP+REPOR T+III+18.05.22.pdf&subfolder_nav_tracking=1.

⁹ Diego Alinho (Associação Lantuna), entrevista conduzida por investigador do IRMr, 2 de março de 2023.

¹⁰ Gerson Pereira (Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais), entrevista conduzida por investigador do IRM, 2 março de 2023.

¹¹ Pereira, entrevista.